

*Duplicata*



ESTADO DO AMAZONAS

# DECRETO-LEI N. 1.768

DE 27 DE JANEIRO DE 1947

**APROVA O CÓDIGO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO, O REGULAMENTO IN-  
TERNO DA SECRETARIA DA  
PROCURADORIA GERAL E DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ES-  
TADO DO AMAZONAS, COM A  
RESPECTIVA EXPOSIÇÃO DE MO-  
TIVOS, E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.**



DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL  
MANAUS - 1947

*Nº 513*

3

SEC-39592  
-2485-



ESTADO DO AMAZONAS

# DECRETO-LEI N. 1.768

DE 27 DE JANEIRO DE 1947

**APROVA O CÓDIGO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO, O REGULAMENTO IN-  
TERNO DA SECRETARIA DA  
PROCURADORIA GERAL E DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ES-  
TADO DO AMAZONAS, COM A  
RESPECTIVA EXPOSIÇÃO DE MO-  
TIVOS, E DÁ OUTRAS PROVL-  
DÊNCIAS.**



Nº 1513

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL  
MANAUS — 1947

AmM  
0845

ESTADO DO AMARANTO

DECRETO Nº 111

DE 24 DE JULHO DE 1911

ESTADO DO AMARANTO  
Poder Executivo  
Gabinete do Governador  
Em 24 de Julho de 1911  
O Governador do Estado do Amaran-  
to, Sr. Manoel de Almeida, no  
uso de suas atribuições, decreta:  
Art. 1º - O Sr. Manoel de Almeida  
é nomeado para o cargo de  
Governador do Estado do Amaran-  
to, em substituição ao Sr. Manoel  
de Almeida, que se encontra  
ausente do Estado.



DECRETO Nº 112

DE 25 DE JULHO DE 1911

ESTADO DO AMARANTO

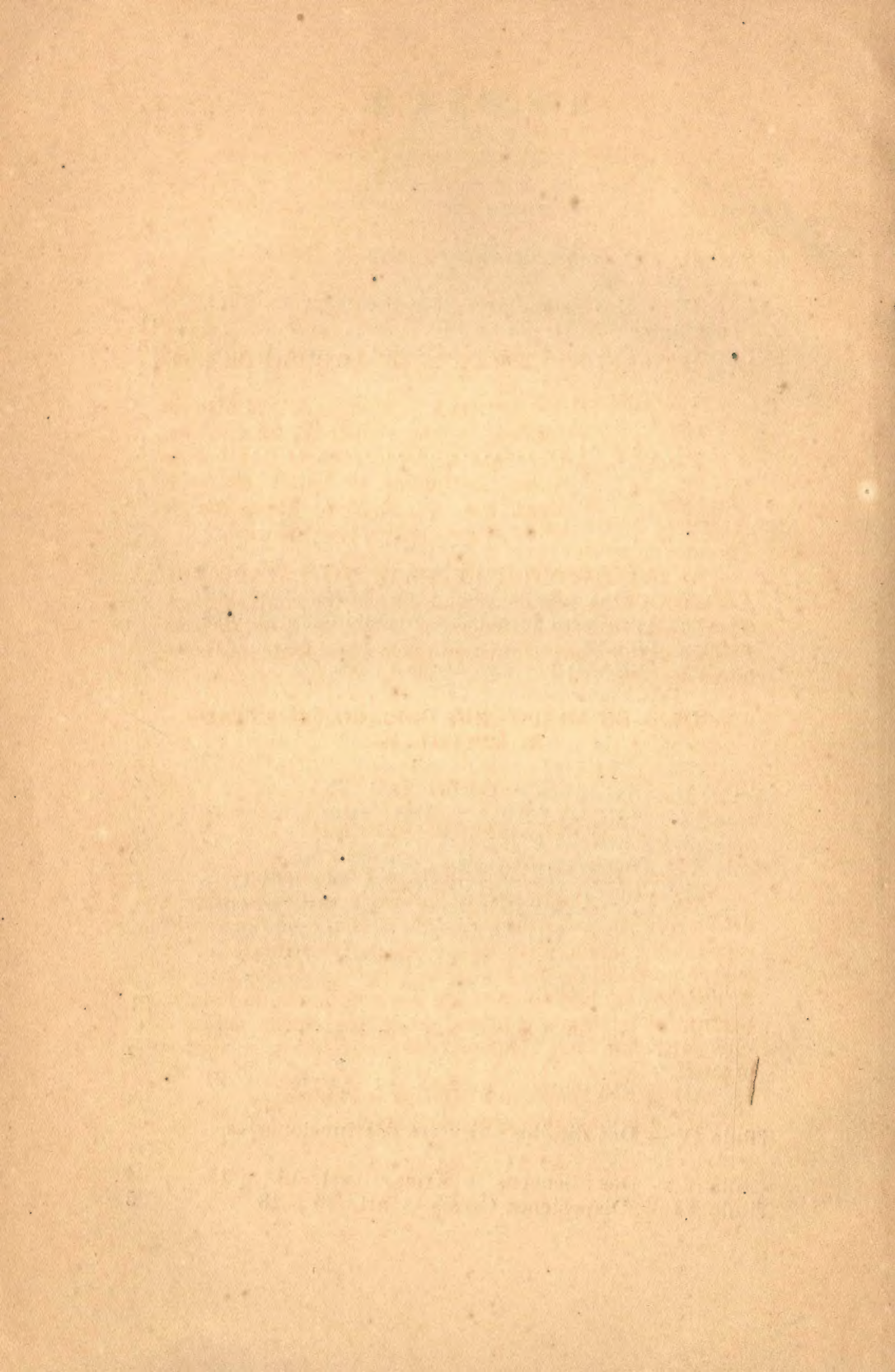
Poder Executivo

Gabinete do Governador

# INDICE

Pags.

Título I — DO MINISTÉRIO PÚBLICO — seus fins, órgãos e normas fundamentais — art. 1 a 12	3
SEÇÃO I — Do procurador geral do Estado — art. 13. a 20. . . . .	5
SEÇÃO II — Do sub-procurador geral do Estado — art. 21. a 24. . . . .	9
SEÇÃO III — Dos promotores de justiça e promotores substitutos — art. 25. a 31 . . . . .	11
SEÇÃO IV — Dos promotores-adjuntos — art. 32 a 34	13
SEÇÃO V — Dos curadores especiais — art. 35 a 39	14
Título II — SEÇÃO ÚNICA — Da Secretaria da Procuradoria Geral do Estado e do Ministério Público — art. 40 a 44 . . . . .	21
Título III — SEÇÃO ÚNICA — Do concurso e das promoções — art. 45 a 52 . . . . .	22
Título IV — SEÇÃO ÚNICA — Do titulo nomeatório, compromisso, posse e exercício — art. 53 a 55	24
Título V — SEÇÃO I — Das remoções — art. 56 a 58	24
SEÇÃO II — Das substituições dos promotores de justiça, curadores especiais e promotores-adjuntos — art. 59 a 61 . . . . .	25
Título VI — SEÇÃO I — Das férias — art. 62 . . . . .	26
— Das licenças — art. 63 . . . . .	26
Título VII — SEÇÃO ÚNICA — Das penalidades disciplinares e da perda do cargo — art. 64 a 67 . .	27
Título VIII — SEÇÃO I — Do vencimento — art. 68 a 72	28
SEÇÃO II — Da ajuda de custo — art. 73 . . . . .	29
Título IX — SEÇÃO ÚNICA — Das vestes e insígnias legais — art. 74 a 76 . . . . .	29
Título X — Disposições Gerais — art. 77 a 86 . . . .	30
REGULAMENTO INTERNO DA SECRETARIA DA PROCURADORIA GERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ESTADO DO AMAZONAS	
Título I — Da Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público — Seus fins e organização — art. 1 a 2 . . . . .	31
Título II — Das atribuições dos funcionários — art. 3. a 7. . . . .	32
Título III — Do tempo e normas de serviço — art. 8. a 12. . . . .	33
Título IV — Dos direitos e deveres dos funcionários — art. 13. . . . .	34
Título V — Das licenças e férias — art. 14. a 15.	34
Título VI — Disposições Gerais — art. 16 a 18 . . .	35



**DECRETO-LEI Nº 1 768, DE 27 DE JANEIRO DE 1 947**

**APROVA** o Código do Ministério Público, o Regulamento Interno da Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público, do Estado do Amazonas, com a respectiva Exposição de Motivos, e dá outras providências.

**O INTERVENTOR FEDERAL NÓ ESTADO DO AMAZONAS**, usando da atribuição que lhe confere o art. 6º, nº 1, do decreto-lei federal nº 1 202, de 8 de abril de 1 939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, decreta:

**CÓDIGO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO  
DO AMAZONAS**

**TITULO I**

**DO MINISTERIO PUBLICO**

Seus fins, órgãos e normas fundamentais

**Art. 1º** — O Ministerio Publico é instituido para a defesa dos interesses da União, do Estado e da Sociedade, cabendo-lhe ainda, além da guarda da Constituição e das leis, como fiscal de sua execução, o patrocínio dos direitos de quantos estejam sob a tutela e a assistencia do Estado, perante os tribunais e juizes, desde que aquela defesa e este patrocínio não tenham sido atribuidos a outros órgãos.

**Art. 2º** — Compõem o Ministério Publico: —

a) o procurador geral do Estado;

- b) o sub-procurador geral do Estado;
- c) os promotores de justiça e seus substitutos, nas comarcas;
- d) os promotores-adjuntos, nos termos judiciários;
- e) os curadores especiais.

Art. 3º — Para efeito de nomeação e promoção dos promotores de justiça, as comarcas do Estado continuarão a ser classificadas em tres entrâncias, sendo a terceira, que é a mais elevada, constituída pela da capital.

§ 1º — São de segunda entrância as comarcas de Itacoatiara, Parintins, Maués e Manacapuru, e de primeira, as demais.

§ 2º — Os termos judiciários onde servem os promotores-adjuntos constituem uma entrância especial.

Art. 4º — Fica estabelecida a obrigatoriedade do concurso de ingresso na carreira, de acôrdo com as exigências fixadas neste Código. (Art. 127, da Const. Fed.).

Art. 5º — O provimento de todos os cargos discriminados no artigo 2º, e não iniciais, existentes, criados ou desdobrados, será feito mediante promoção, pelo critério de dois terços (2/3) por merecimento e um terço (1/3) por antiguidade, salvo quanto ao ultimo posto efetivo da carreira, que será sempre preenchido por merecimento.

Art. 6º — Os vencimentos do procurador geral serão iguais aos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado; os do sub-procurador geral, nunca inferiores a dois terços (2/3), dos percebidos pelo Chefe do Ministério Público, e, na mesma base, dos vencimentos dos juizes, perante os quais servirem, os dos promotores, seus substitutos, em exercicio, curadores especiais e promotores-adjuntos.

Art. 7º — Os membros do Ministério Público somente serão removidos ou exonerados a seu requerimento, exceto a transferencia, por conveniência do serviço (art. 127, da Const. Fed.), e a demissão, por delicto funcional, comprovado o motivo ou justa causa, naquela hipótese, em processo administrativo, que obedecerá ás normas indicadas neste Código, e, nesta ultima, também sujeita á referida exigência ou a processo judiciário.

Art. 8º — Quando extinto o seu cargo, ficará o agente do Ministério Público em disponibilidade, com todos os direitos, prerrogativas, garantias e vantagens

asseguradas neste Código, só podendo ser aproveitado em cargo equivalente, ou de igual entrância.

Art. 9º — Os promotores e seus substitutos, os curadores e promotores-adjuntos não podem ausentar-se das sedes de suas comarcas, onde devem residir, sem prévio consentimento do procurador geral do Estado, salvo nas diligências do Juízo ou relativas ao desempenho de seus deveres funcionais, comunicando o afastamento ao Chefe do Ministério Público.

Art. 10º — É lícito aos membros do Ministério Público o exercício da advocacia, salvo quando a causa colidir com os interesses da justiça pública, ou com os direitos que, por lei, lhes cumpre defender.

§ Único — Ser-lhes-á facultado desempenhar comissões designadas pelo Governo.

Art. 11º — O procurador geral é o órgão intermediário de seus representantes, junto às autoridades, em assuntos administrativos e que se lhes relacionem, às quais, no entanto, poderão dirigir-se diretamente no desempenho dos encargos funcionais.

Art. 12º — Nos crimes comuns e nos de responsabilidade funcional, os órgãos do Ministério Público serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça.

## SEÇÃO I

### DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Art. 13º — O Procurador Geral do Estado será nomeado, em comissão, pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os juristas de notório merecimento e reputação ilibada, inscritos na Ordem dos Advogados, Secção do Amazonas, contando, pelo menos, dez anos de atividade forense, no Ministério Público ou na advocacia.

§ 1º — O seu compromisso será prestado perante o Governador ou Interventor.

§ 2º — É vedado, ao procurador geral do Estado, o exercício da advocacia ou de qualquer função pública, exceto o magisterio secundário ou superior (art. 185, da Const. Fed.), e comissão designada pelo Chefe do Executivo.

Art. 14º — O procurador geral, nas suas faltas e impedimentos, será substituído sucessivamente pelo sub-procurador geral e pelos promotores e curadores da

comarca da Capital, na ordem da antiguidade e na falta destes, pelos promotores das comarcas mais próximas.

Art. 15º — Compete ao procurador geral: —

I — velar pela fiel execução e observancia das leis, decretos e regulamentos, representando aos poderes publicos sôbre o que entender a bem da mesma execução e observancia;

II — promover a ação penal publica, ou dar queixa, em nome do ofendido, a requerimento deste ou de seu representante, quando, pela sua condição de pobreza, não possa exercer a ação que privativamente lhe pertença, e exercê-la até final, em todas as causas da competencia originária do Tribunal de Justiça;

III — promover ou officiar, conforme fôr, nos processos de verificação de incapacidade física dos magistrados, membros do Minis'tério Publico e serventuários de justiça para o exercício de suas funções e, bem assim, nos processos para perda do cargo, suspensão e remoção dos mesmos titulares;

IV — representar o Estado em todos os feitos submetidos á jurisdição do Tribunal de Justiça, em que ele fôr parte ou tiver interesse;

V — impetrar habeas-corpus em favor dos que soffrem constrangimento ou estiverem ameaçados de violência ou coação por illegalidade ou abuso do poder;

VI — promover e fiscalizar o andamento dos processos criminaes e a execução das respectivas sentenças, quando interessada a Justiça Publica, ou na hipótese de o ofendido ser pobre e haver solicitado a assistencia do Ministério Público; e, ainda, o dos feitos civeis, em que tiver interesse a Fazenda Publica ou qualquer de seus representados;

VII — providenciar sôbre a reforma de autos perdidos ou inutilizados, quando se tratar de ações da competencia do Tribunal de Justiça, ou determinar, aos membros do Ministério Publico, medidas relativas, se os feitos não pertencerem ao conhecimento do Tribunal;

VIII — requerer a designação de outro fôro para o processo ou julgamento do acusado;

IX — promover a revisão de processos findos, em beneficio dos condenados, nos casos permitidos em lei;

X — interpor, quando julgar oportuno, em caso de sua competência, recurso para o Supremo Tribunal Federal;

XI — requerer de qualquer autoridade, dos arquivos e cartórios públicos, as certidões, exames, diligências e esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções;

XII — officiar, perante o Tribunal de Justiça: —

a) nas apelações e recursos criminaes e seus incidentes, nos processos de habeas-corpus, mandados de segurança, livramento e suspensão condicionais da pena;

b) nas suspeições, exceções de incompetência, concernentes aos feitos criminaes e cíveis, em que houver interêsse de seus representados, nas reclamações e representações;

c) nas apelações e recursos cíveis e seus incidentes, em que forem interessados a Fazenda Pública, menores, órfãos, ausentes, interditos e acidentados no trabalho, ou nas que versarem acerca do estado da pessoa, tutela, curatela, casamento (impedimento, nulidade, anulação), desquite, testamentário, resíduos e massas falidas e, em geral, nos casos em que, por lei, fôr obrigatória a intervenção do Ministério Público.

Art. 16º — Incumbe ainda: —

I — comunicar, ao Governo, as decisões do Tribunal de Justiça que se relacionem aos interesses do Estado ou á situação dos funcionários administrativos subordinados ao Chefe do Executivo;

II — visitar, a qualquer hora do dia, e excepcionalmente, á noite, as prisões, penitenciárias, hospitais, fundações, asilos dos órfãos, mendigos e alienados, abrigos ou institutos disciplinaes de menores, podendo, no exercício de suas funções, requerer o que fôr a bem da justiça e da sociedade;

III — requerer a convocação de sessões extraordinárias do Tribunal de Justiça, se o exigir o serviço público e a prorrogação das sessões ordinárias para o julgamento dos feitos que não possam sofrer demora;

IV — reclamar contra o retardamento das ações ou feitos em que, de officio, tenha interêsse o Ministério Público;

V — apresentar, ao Governador ou Interventor, anualmente e até trinta de março, o relatório do Ministério Público, em geral, instruído de dados estatísticos, apontando dúvidas e dificuldades verificadas na execução das leis e formulando sugestões, quanto ás providencias necessárias ao regular exercício de suas funções e das de seus subordinados;

VI — opinar, em processos administrativos, quando o Chefe do Executivo julgar conveniente e não se tratar de matéria jurídica susceptível de estudo e decisão do Judiciário.

Art. 17º . Cabe, ao procurador geral do Estado, como Chefe do Ministério Público: —

I — supririntender a Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público e propor, ao Governo, a criação, desdobramento e extinção de cargos e a fixação dos vencimentos de seus funcionários;

II — mandar publicar, no “Diário Oficial”, edital de concurso para as vagas de cargos iniciais do Ministério Público, presidi-lo e fazer a classificação dos candidatos, em lista triplíce, enviando-a ao Governador ou Interventor;

III — deferir o compromisso e dar posse aos promotores e seus substitutos, aos promotores-adjuntos, curadores especiais e funcionários da Secretaria da Procuradoria Geral;

IV — ampliar, a uma outra comarca, a competência funcional de qualquer membro do Ministério Público, podendo também comissioná-lo, quando o exigirem os interesses da justiça;

V — conceder férias aos seus representantes na instância inferior e aos demais funcionários que lhe estão subordinados;

VI — designar ou comissionar promotores de segunda entrância para as promotorias e curadorias da Capital, na falta ou impedimento dos titulares efetivos;

VII — aplicar penas disciplinares aos membros do Ministério Público e aos funcionários de sua Secretaria, dentro das regras estabelecidas neste Código, quanto aqueles e, no Regulamento Interno da Secretaria da Procuradoria Geral, relativamente a estes;

VIII — determinar aos promotores de justiça, seus substitutos e aos promotores-adjuntos o procedimento judicial sobre qualquer crime ou contravenção que, de algum modo, lhe chegue ao conhecimento;

IX — dar instruções aos membros do Ministério Público, concernentes aos serviços de sua competência, exigindo-lhes esclarecimentos e informações a respeito de qualquer processo em andamento;

X — propor nomeações interinas ao Chefe do Executivo.

Art. 18º — O procurador geral do Estado poderá tomar parte na discussão de todos os casos em julgamento no Tribunal, devendo manifestar-se, logo após o relatório, falando, se quizer, mais de uma vez, sobre o assunto, antes de encerrados os debates, quanto haja interesse de seus representados.

Art. 19º — Os pedidos de remoção ou permuta dos membros do Ministério Público dependem do pronunciamento do procurador geral.

Art. 20 — Além das atribuições já discriminadas, exercerá o Procurador Geral do Estado as que ainda lhe forem cometidas pelas leis e regulamentos.

## SEÇÃO II

### DO SUB-PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Art. 21 — O cargo de sub-procurador geral do Estado será provido pelo critério do merecimento, mediante lista triplíce, na qual serão incluídos membros do Ministério Público de terceira entrância, organizada pelo procurador geral e enviada ao Chefe do Executivo, para efeito de nomeação á sua escolha.

§ Único — O procurador geral fará acompanhar a lista triplíce de um relatório minucioso sobre o valor intelectual, moral, capacidade de trabalho, merecimento e o tempo de serviço de cada um dos candidatos.

Art. 22 — O sub-procurador terá as seguintes atribuições:

I — dirigir os serviços de estatística das promotorias, do interior e da capital, e das curadorias especiais;

II — fiscalizar o andamento dos processos, nas comarcas e termos, pelos boletins mensais e mapas enviados, em cada fim de trimestre, á Secretaria da Procuradoria Geral;

III — officiar nos processos administrativos que lhe forem distribuídos pelo Chefe do Ministério Público;

IV — inspecionar os cartórios, examinando livros, documentos e autos, e, sobre as irregularidades encontradas, providenciar, junto aos serventuários, para saná-las ou representar, contra estes, em se tratando de delito funcional;

V — participar das comissões de inquérito ou de processos administrativos, referentes a membros do

Ministério Público ou funcionários da Procuradoria Geral;

VI — visitar quinzenalmente a Penitenciária, hospitais, fundações, estabelecimentos destinados á velhice, a menores e a interditos, participando, ao procurador geral, o resultado de suas observações e sugerindo medidas necessárias;

VII — responder ás consultas formuladas sôbre duvidas e dificuldades, quanto aos serviços estatísticos, orientando, a respeito, os membros do Ministério Público;

VIII — superintender os serviços administrativos da Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público, nas faltas ou impedimentos do Procurador Geral, enquanto não fôr nomeado o seu substituto;

IX — tomar conhecimento e emitir parecer nas reclamações e representações contra promotores, seus substitutos, promotores-adjuntos e curadores especiais, submetendo o seu pronunciamento á decisão do procurador geral;

X — preparar, até o dia primeiro de março, de cada ano, o quadro geral estatístico do movimento do Ministério Público;

XI — processar os concursos para os cargos iniciais do Ministério Público e apresentar os autos respectivos, devidamente informados, ao procurador geral;

XII — dar cumprimento ás instruções do procurador geral.

Art. 23 — O sub-procurador geral do Estado será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por um dos membros do Ministério Público de terceira entrancia, designado pelo procurador geral.

§ Unico — O secretário da Procuradoria Geral o substituirá, enquanto não designado um dos promotores de justiça de terceira entrancia, ou curadores especiais.

Art. 24 — É lícito ao sub-procurador geral do Estado exercer a advocacia, salvo nas causas em que fôr interessado o Ministério Público.

§ Unico — O sub-procurador poderá desempenhar comissões designadas pelo Governo, perdendo apenas os vencimentos.

## DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA E PROMOTORES SUBSTITUTOS

Art. 25 — O cargo de promotor de justiça de segunda entrância será preenchido mediante concurso de documentos, de acôrdo com as exigências relativas á inscrição e processo de habilitação, estabelecidos neste Código.

Art. 26 — Cumpre aos promotores de justiça:

I — denunciar os crimes e contravenções, nos casos em que couber a ação pública;

II — apresentar denuncia, em substituição á queixa do ofendido, a seu requerimento ou dos seus representantes legais, quando da parte destes houver falta de recursos pecuniarios para ocorrer ás despesas do processo e indispensaveis ao seu próprio sustento ou da familia;

III — intervir em todos os têrmos da ação iniciada por queixa privada, podendo aditá-la, excetuados os processos criminaes de falência, intentados na comarca da Capital;

IV — promover a ação criminal, nos delitos de imprensa, de acôrdo com a legislação especial em vigor;

V — acompanhar a ação criminal da sua iniciativa, produzir provas, oferecer libelo, proferir a accusação perante os juizes e tribunais competentes e interpor os recursos próprios, em qualquer fase do processo;

VI — requerer **habeas-corpus** e opinar no que fôr impetrado, podendo recorrer do despacho que o conceder ou denegar;

VII — promover a execução dos mandados e das sentenças condenatórias, bem como requerer a prisão preventiva dos acusados, nos casos previstos em lei;

VIII — requerer a prisão immediata do réu, quando quebrada a fiança;

IX — assistir á verificação da lista geral dos jurados e ao respectivo sorteio, na ocasião oportuna;

X — requerer a prescrição da ação criminal ou da condenação, e a applicação da lei nova, no caso de favorecimento do acusado;

XI — promover a reforma dos autos perdidos ou inutilizados, quando fôr interessada a justiça pública;

XII — inspecionar os cartórios dos serventuários de justiça, velar pelas fundações, visitar as prisões e as insti-

tuções de assistência social, reclamando as providências que se tornarem necessárias;

XIII — requisitar, das autoridades competentes, inqueritos, perícias, diligências, certidões, documentos, ou quaisquer informações atinentes ao desempenho das suas funções;

XIV — requerer, ao Tribunal de Justiça, o desaforamento de julgamentos, para outra comarca ou termo;

XV — assistir obrigatoriamente às justificações para qualquer efeito;

XVI — inspecionar o Registro Civil, verificando se os livros estão mantidos em forma regular e se os assentos e retificações são lavrados com observância das prescrições legais;

XVII — promover o cancelamento, nos casos de duplicidade ou falsidade de registro, depois de apurada convenientemente;

XVIII — funcionar nos processos de retificação, averbação e anotação dos assentos do Registro Civil, assistindo obrigatoriamente à prova testemunhal e fazendo observar as disposições legais em vigor;

XIX — officiar nas justificações e processos de habilitação matrimonial, perante os magistrados e os juizes distritais de casamento, bem como nos processos de impedimentos e dispensa de proclamas, promovendo os esclarecimentos necessários, no interesse da justiça social (arts. 742 a 744 do Código de Processo Civil);

XX — suscitar conflito de jurisdição;

XXI — reclamar, aos juizes, contra a demora na marcha e julgamento dos processos;

XXII — examinar, se lhes parecer conveniente, a escrituração dos dinheiros e valores dos sentenciados;

XXIII — requerer a nulidade de casamento contraído perante autoridade incompetente, salvo se decorridos dois anos de sua celebração;

XXIV — enviar, com pontualidade, as fichas e mapas de estatística, conforme instruções recebidas;

XXV — patrocinar a defesa dos interesses da União e do Estado e dos direitos daqueles sob o amparo e assistência do Poder Público, dentro de sua competência funcional definida em leis e exercer, além das atribuições já enumeradas, as que lhes forem cometidas em leis e regulamentos.

Art. 27 — A comarca da Capital terá dois promotores de justiça, sendo um para cada distrito criminal, os quais exercerão, também, perante as respectivas varas cíveis, as atribuições que lhes conferem as leis nacionais.

Art. 28 — Haverá em cada comarca do interior, um promotor de justiça que exercerá, cumulativamente, as funções de curador de orfãos, ausentes, menores, interditos, residuos, acidentes e massas falidas; de procurador da Fazenda Pública, da União, do Estado, e, facultativamente, do Município.

Art. 29 — Os promotores de justiça poderão transportar-se, em diligência, acompanhando o juiz de direito, para os serviços do juri e outros de qualquer natureza judiciária, aos termos de sua comarca, dando prévio conhecimento ao Chefe do Ministério Público.

Art. 30 — As comarcas terão um promotor substituto, de preferência formado em direito, e, não havendo diplomado, será nomeada pessoa de prática forense e idoneidade moral.

§ Unico — O promotor substituto entrará no exercício das funções de promotor, na ausência do titular eleito ou na hipótese de se verificar a vacância do cargo.

Art. 31 — Nos impedimentos por suspeição, ou férias, ou não preenchido o cargo, o juiz da culpa ou o presidente do Tribunal do Juri, na capital, poderá nomear, ad-hoc, o promotor de outro distrito criminal, e, na falta ou impedimento deste, pessoa idônea, diplomada em direito.

§ Unico — O promotor designado não poderá recusar a designação, salvo justos motivos previstos em lei.

## SEÇÃO IV

### DOS PROMOTORES-ADJUNTOS

Art. 32 — Nos termos judiciários, que não forem sede de comarca, haverá um promotor-adjunto, a quem incumbe:

- a) exercer, no termo, funções idênticas às do promotor de justiça e dos cargos anexos;
- b) enviar as fichas e mapas estatísticos, de acôrdo com as instruções recebidas;
- c) observar as instruções recebidas do promotor de justiça da comarca.

§ Unico — No julgamento perante o juri e nas dili-

gências do juiz de direito, cessam as funções do adjunto, desde que esteja presente o promotor de justiça da comarca.

Art. 33 — Os promotores-adjuntos serão nomeados mediante concurso, cujo processo terá suas normas definidas neste Código.

Art. 34 — Na falta de pessoa habilitada em concurso, o Chefe do Executivo, mediante proposta do procurador geral, proverá o cargo em caráter interino.

§ Unico — Os candidatos á nomeação interina deverão ter prática de atividades forenses e idoneidade moral.

### DOS CURADORES ESPECIAIS

Art. 35 — Haverá na comarca da capital, três curadorias especiais: 1.<sup>a</sup> — de órfãos e ausentes; 2.<sup>a</sup> — de menores, interditos e resíduos e 3.<sup>a</sup> — de acidentes e massas falidas.

§ Unico — Os curadores especiais ficam assim classificados:

1.<sup>o</sup> — de órfãos e ausentes;

2.<sup>o</sup> — de menores, interditos e resíduos;

3.<sup>o</sup> — de acidentes e massas falidas.

Art. 36 — Compete ao primeiro curador:

a) como curador de órfãos:

I — requerer o inventário, quando houver herdeiros menores, se dentro de 30 dias, a contar da abertura da sucessão, os interessados não tiverem requerido;

II — funcionar em todos os termos dos inventários e partilhas e dos processos de jurisdição administrativa ou contenciosa, em que sejam interessados incapazes;

III — assistir á descrição e avaliação dos bens, quando o tutor ou o interessado maior requerer a presença do juiz, ou quando, por impugnação á primeira avaliação, se proceder á segunda, ainda que não solicitado o comparecimento do juiz;

IV — promover a inscrição das hipotecas legais ou o devido refôrço, quando necessário, salvo se o tutor não possuir bens ou fôr pessoa de reconhecida idoneidade;

V — alegar a nulidade dos atos que o tutor não pode praticar, sem prévia autorização do juiz;

VI — pedir a remoção do tutor, quando este se tornar susneito de insolvência, ou tiver sofrido condenação criminal;

VII — pronunciar-se quanto ás reclamações que o

tutor fizer ao juiz contra o pupilo, sendo, neste caso, indispensavel a sua audiência para a applicação de qualquer medida correctiva;

VIII — dizer sobre o arbitramento, tomando em consideração o rendimento da fortuna do pupilo, das quantias necessárias ao seu sustento e á sua educação;

IX — reclamar contra os tutores que conservarem em seu poder dinheiro dos tutelados, além do essencial ás despesas ordinárias para o seu sustento, educação e administração dos seus bens, e requerer que os objetos de platina, ouro ou prata, as pedras preciosas e os móveis desnecessários, se convier aos interesses dos órfãos, sejam vendidos em leilão judicial e o seu producto convertido em títulos da Divida Pública, applicado na aquisição de imóveis, ou recolhido á Caixa Económica Federal ou ao Banco do Brasil, devendo ter o mesmo destino o dinheiro de qualquer procedência;

X — ser ouvido sobre a retirada de valores existentes na Caixa Económica e pertencentes a órfãos;

XI — requerer a prestação de contas dos tutores, bem como a sua destituição, nos casos previstos em lei;

XII — reclamar contra a nomeação de inventariantes, promover a sua destituição, nos casos expressos em lei e exercer as medidas que se fizerem necessárias para a entrega dos bens em poder dos destituídos;

XIII — dizer de fato e de direito sobre as justificações de dividas passivas, que figurarem nos inventários, sobre a reivindicação de bens pertencentes a terceiros e sobre quaisquer outras incidentes que ocorrerem no processo;

XIV — fiscalizar a locação e o arrendamento dos bens pertencentes a órfãos e assistir á sua venda em hasta pública ou em leilão, assinando os respectivos autos e termos;

XV — dizer sobre as avaliações, as declarações finais e sobre o modo das partilhas, pronunciando-se, também quanto á venda de bens para a solução das dividas passivas, pagamento dos impostos e das despesas do inventário, quando não houver dinheiro da herança, ou algum dos interessados não o quizer adiantar;

XVI — denunciar a existencia de bens sonegados;

XVII — assistir para defender e salvaguardar os direitos dos órfãos, quando estes forem interessados, aos exames, vistorias e diligências, quer nos inventários, quer nas ações e processos de qualquer natureza;

XVIII — dizer de fato e de direito, quando interessa-  
dos órfãos na divisão de prédios e na demarcação de  
terras, efetuadas entre os herdeiros;

XIX — diligenciar o procedimento criminal contra  
os tutores que houverem dissipado os bens de órfãos, ou  
deies não fizerem entrega no prazo legal;

XX — dizer de fato e de direito nas justificações que se  
fizerem para suprimimento de idade, emancipação, alienação  
de bens e outros atos em que tenha de deliberar o juiz  
a respeito da pessoa ou dos bens de órfãos;

XXI — interpor e fazer seguir os recursos legais das  
sentenças e despachos, proferidos nas causas em que fun-  
cionar, ou officiar, e promover a sua execução.

b) d ausentes:

I — proceder na conformidade dos artigos 463 a 484,  
do Código Civil;

II — promover a arrecadação dos bens de ausentes,  
assistindo pessoalmente ás diligências;

III — requerer a guarda e conservação dos efeitos  
arrecadados, observando o disposto na última parte da  
alínea IX, da letra a, deste artigo, e providenciar sôbre a  
arrecadação dos que ainda existirem;

IV — promover a cobrança das dividas ativas do  
ausente e velar pela interrupção da prescrição de qual-  
quer título arrecadado;

V — efetuar, mediante autorização do juiz, a venda,  
em leilão, dos bens de fácil deterioração, de guarda arris-  
cada ou conservacão dispendiosa;

VI — vender, com as mesmas formalidades, os bens  
móveis, para pagamento das dividas passivas do ausente,  
legalmente reconhecidas;

VII — locar e arrendar os bens imóveis, velar pela  
sua conservação, ou vendê-los em hasta publica, quando  
houver conveniência, mediante autorização do juiz;

VIII — requerer a abertura da sucessão provisória  
ou definitiva do ausente e conduzir o respectivo processo  
até final sentença, desde que se verifique a hipótese do  
§ único do artigo 471 do Código Civil;

IX — promover o cumprimento de testamentos,  
quando fôr da competência do juiz de ausentes e proceder  
a arrecadação do espólio do testador;

X — funcionar em todos os termos do arrolamento  
e do inventario dos bens do ausente, nas habilitações de  
herdeiros e nas justificações de dividas passivas;

XI — intervir em todas as causas movidas aos ausentes, ou em que forem estes interessados;

XII — representar a herança do ausente em juízo, defendendo-a nas ações que lhe forem intentadas ou propondo as que se tornarem necessárias, mediante autorização do juiz;

XIII — cumprir e fazer cumprir as disposições dos artigos 1591 a 1594, do Código Civil;

XIV — participar ás autoridades consulares a existência de herança, ou arrecadação de bens de ausentes estrangeiros;

XV — recolher ao Banco do Brasil ou á Caixa Econômica, ou, á falta de agências no lugar, em qualquer estabelecimento bancário de reconhecido crédito, o dinheiro pertencente a ausente, só podendo levantá-lo mediante autorização do juiz;

XVI — prestar contas da sua administração, dentro dos prazos legais;

XVII — juntar, em anexo, ao relatório que apresentar ao Procurador Geral, a demonstração dos valores arrecadados e da respectiva aplicação, discriminadamente, sob pena de ser considerado em falta grave.

Art. 37 — Incumbe ao segundo curador:

a) na qualidade de curador de menores:—

I — exercer as atribuições que lhe são conferidas no Código de Menores e na legislação especial subsequente;

II — desempenhar as funções de curador de órfãos, em geral, nos processos da competência privativa do Juízo Tutelar de Menores;

III — funcionar, como curador á lide, nas causas privativas do Juízo Tutelar de Menores;

IV — promover a suspensão e destituição do pátrio poder;

V — intentar ação de alimentos;

VI — funcionar nos processos de retificação, averbação ou anotação do registro civil de nascimento dos menores, fazendo observar as disposições legais em vigor;

VII — promover a cobrança das soldadas devidas aos menores;

VIII — requerer a destituição de tutores subordinados á jurisdição do Juízo de Menores;

IX — intervir, conforme tiver cabimento, em todos

os atos de jurisdição administrativa ou contenciosa, que digam respeito a menores;

X — exercer as funções de promotor de justiça, nas ações criminais contra menores de dezoito anos;

XI — ter sob sua guarda, escrituradas em ordem, as soldadas pertencentes a menores, e recolhê-las á Caixa Econômica;

XII — prestar as suas contas, anualmente, perante o juiz de menores;

XIII — fiscalizar os serviços de assistência dentária e clínica geral aos menores sujeitos ao amparo do Juizado, junto ao qual serve;

XIV — inspecionar os asilos de menores, de administração pública ou privada.

b) de interditos:

I — promover a interdição das pessoas sujeitas á curatela, quando julgar necessária, e providenciar sôbre o recolhimento dos loucos a estabelecimentos adequados, sempre que lhe parecer inconveniente conservá-los em casa, ou o seu tratamento exigir;

II — servir de defensor ao suposto incapaz, no caso da interdição não ser promovida pelo Ministério Público;

III — assistir, obrigatoriamente, a todos os atos do processo, para requerer o que fôr a bem do interditando, ou interdito, podendo opôr-se á interdição ou promover, em qualquer tempo, o seu levantamento;

IV — dizer de fato e de direito, exercendo, igualmente, as funções de curador in-litem, nas ações cíveis, comerciais e orfanológicas em que forem interessados interditos;

V — auxiliar o juiz em todas as diligências necessárias para acautelar os interesses dos interditos e informar-se do tratamento que recebem dos seus curadores;

VI — requerer as providências necessárias para acautelar a fazenda dos pródigos, quando não tenham curador, e ser ouvido em todos os termos do processo da interdição;

VII — exercer as demais atribuições de curador de órfãos, no que fôr applicavel á pessoa e aos bens dos interditos;

VIII — visitar os asilos de alienados e reclamar contra o que lhe parecer em desacôrdo com as leis de humanidade e de assistência social.

c) de resíduos:

I — observar e fazer observar o disposto nos artigos 1 626 a 1 769, do Código Civil;

II — requerer a exibição dos testamentos, em juízo, e a intimação dos testamentários para lhes dar cumprimento;

III — fiscalizar a execução dos testamentos, assim como a administração e a conservação dos bens do testador;

IV — ser ouvido sobre a interpretação de verba testamentária;

V — intervir nas ações de nulidade ou anulação de testamento e em quaisquer feitos contenciosos que digam respeito á sua execução;

VI — promover a remoção dos testamentários negligentes ou culpados e chamá-los á prestação de contas;

VII — funcionar nos processos de subrogação ou extinção de usufruto do fideicomisso, e, em geral, nos feitos da competência do juízo da provedoria e resíduos;

VIII — promover a arrecadação de resíduo, quer para a sua entrega á Fazenda Pública, quer para execução do testamento, e requerer o cumprimento dos legados pios;

IX — chamar á prestação de contas os tesooueiros e responsáveis por hospitais, asilos e fundações, que tenham recebido legados;

X — velar pelas fundações, examinar as contas dos seus administradores, requerer a remoção destes, no caso de negligência ou prevaricação, e promover o sequestro dos bens ilegalmente alienados.

#### **Art. 38 — Compete ao terceiro curador:**

##### **a) como curador de accidentes:**

I — prestar assistência judiciária gratuita ás vítimas ou beneficiários de accidentes no trabalho;

II — impugnar acordos ou convenções contrários á legislação trabalhista em vigor;

III — promover a anulação de qualquer composição amigável, concluída para iludir a lei;

IV — officiar em todos os atos e termos do processo de accidentes no trabalho;

V — reclamar ao juiz contra o tratamento médico, hospitalar ou farmacêutico dispensado ao acidentado;

VI — requisitar das autoridades competentes, inquéritos, exames, certidões, diligências e esclarecimentos necessários ao exercício das suas funções;

VII — exercer, enfim, as atribuições que lhe são conferidas na legislação nacional.

b) de massas falidas:

I — acompanhar os processos de falência e de concordata preventiva, na parte civil, administrativa ou contenciosa, como órgão consultivo e fiscalizador, e nas ações criminais como representante da justiça pública;

II — fiscalizar o cumprimento da lei de falências, reclamando contra omissões de formalidades essenciais, no processo ou atos em contravenção aos seus preceitos;

III — representar contra a nomeação de síndico ou comissário denunciando, ao juiz, os impedimentos existentes;

IV — officiar em todas as ações e reclamações ajuizadas contra a massa falida, sob pena de nulidade do feito;

V — emitir parecer fundamentado sobre as contas do liquidatário, embora não tenham sido impugnadas;

VI — exigir o pagamento das contribuições fiscais à Fazenda Pública, da União, do Estado e do Município, antes da homologação judicial das concordatas e do julgamento da reabilitação do falido;

VII — reinter, trimestralmente, ao juiz, que os mandará publicar no Diário Oficial, para conhecimento dos interessados, quadros demonstrativos, com todos os esclarecimentos, sobre cada um dos feitos em que tiver funcionado, devendo o original dessas peças informativas ficar arquivadas no cartório do serventuário que fôr designado;

VIII — exercer as atribuições que lhe são conferidas na lei nacional reguladora do instituto da falência;

IX — promover o processo criminal contra o falido, seus cúmplices e demais pessoas sujeitas a penalidades; ou dele desistir, de acôrdo com as prescrições legais em vigor;

X — aditar a queixa e o libélo, nos processos movidos pelo credor classificado, ou pelo liquidatário, intervindo em todos os seus termos e interpondo os recursos que tiverem cabimento;

XI — sustentar a acusação, no julgamento dos processos de sua iniciativa, interpondo, do mesmo modo, todos os recursos admissíveis;

XII — requerer a prisão compulsória do falido e a preventiva de qualquer dos acusados, nos casos previstos em lei.

Art. 39 — Na ausência ou impedimento de um dos curadores especiais, o juiz nomeará, **ad-hoc**, um dos outros curadores que, exceto os casos previstos em lei, não poderá recusar a incumbência.

## TÍTULO II

### SEÇÃO ÚNICA

#### LA SECRETARIA DA PROCURADORIA GERAL E DO MINISTERIO PUBLICO

Art. 40 — A Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministerio Publico será dirigida por um secretario e superintendida pelo procurador geral, ou, em sua ausência do cargo, licenciado ou em férias, pelo sub-procurador geral.

§ Unico — O cargo de Secretario será provido em comissão por um dos membros do Ministério Público, de segunda ou terceira entrância, por nomeação do Interventor ou Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral, em que terá muito em conta o merecimento do candidato.

Art. 41 — Ficam criados dois cargos de auxiliares, com o vencimento mensal de oitocentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 840 00).

Art. 42 — A secretaria ficará dividida em duas seções, para simples efeito de regularidade dos serviços, que lhe estão afetos: — uma, de fiscalização e levantamento da estatística das promotorias e curadorias, chefiada pelo sub-procurador geral do Estado; e outra, incumbida dos serviços de expediente e registro da vida funcional dos órgãos do Ministério Público e funcionários da Procuradoria Geral, dirigida pelo Secretario da Procuradoria.

Art. 43 — O secretário da Procuradoria Geral terá vencimentos e garantias iguais aos dos promotores e curadores de capital.

Art. 44 — As atribuições dos funcionários da Secretaria serão discriminadas no regulamento interno, anexo a este Código.

## TÍTULO III

### SEÇÃO ÚNICA

#### DO CONCURSO E DAS PROMOÇÕES

Art. 45 — O posto inicial na carreira do Ministério Público é o de promotor-adjunto, cuja nomeação depende do concurso de documentos.

§ Único — Verificando-se vaga de promotor-adjunto, o procurador geral determinará a publicação de editais no Diário Oficial, pelo espaço de trinta dias.

Art. 46 — As inscrições serão processadas na Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público, pelo sub-procurador geral do Estado, devendo o candidato instruir o pedido com os seguintes documentos:

a) certidão de idade, ou documento equivalente, provando ser brasileiro nato ou naturalizado, de acôrdo com as leis em vigor, e contar idade inferior a trinta e cinco annos;

1) diploma de doutor ou bacharel em direito, registrado no Tribunal de Justiça;

c) quitação do serviço militar;

d) carteira profissional, expedida pela Ordem dos Advogados;

e) sanidade física, mediante inspeção médica, realizada no Departamento de Saúde;

f) atestado de idoneidade moral, firmado por dois magistrados ou advogados;

g) certidão de serviço público, ou prova de qualquer actividade forense ou de natureza diversa que, na forma da legislação em vigor, lhe assegure prevalência sobre os demais concorrentes.

Art. 47 — A' proporção que forem sendo recebidas as petições, o sub-procurador geral do Estado irá preparando um relatório circunstanciado de cada uma, cujo trabalho será submetido á consideração do procurador geral, dentro de cinco dias, findo o prazo dos editais.

§ 1º — A' vista dos documentos apresentados e das informações que houver colhido, ou lhe tenham sido remetidas por qualquer interessado, em forma de denuncia devidamente autenticada, o procurador geral do Estado designará um dos promotores de terceira entrancia e um dos curadores especiais que, com o sub-procurador

geral do Estado e o secretario da Procuradoria Geral e do Ministério Publico, sob sua presidencia, formarão a banca examinadora das provas documentais.

§ 2º — Lido o relatorio sôbre cada um dos candidatos pelo sub-procurador geral do Estado, este e os demais membros da banca examinadora, em cédulas previamente distribuidas, darão o seu voto para a classificação dos concorrentes, lavrando a ata respectiva o Secretario da Procuradoria Geral.

§ 3º — O procurador geral, dentro de quarenta e oito horas, da classificação, remeterá, ao Chefe do Executivo, a lista triplíce, se três ou mais forem os candidatos, acompanhada de um relatorio sôbre cada um deles, para efeito de ato nomeatório.

§ 4º — Feita a nomeação, os autos de concurso devem ser devolvidos á Procuradoria Geral para arquivamento.

Art. 43 — O preenchimento das vagas de promotor de justiça, do interior, será por concurso de documentos.

§ Unico — Ocorrendo vaga de promotor de justiça do interior, proceder-se-á de acôrdo com o § unico do art. 45.

Art. 49 — O processo de inscrição será idêntico ao de promotor-adjunto.

Art. 50 — Os processos de concursos, para efeito de arquivamento, serão devolvidos á Procuradoria Geral.

Art. 51 — Embora o posto inicial na carreira seja o de promotor-adjunto, poderão candidatar-se ás promotorias de justiça, no interior, os bachareis ou doutores em direito, que tenham, pelo menos, dois anos de atividades forenses.

Art. 52 — O acesso ás promotorias de terceira entrancia e curadorias especiais obedecerá ao critério de dois terços ( $2/3$ ), por merecimento e um terço ( $1/3$ ), por antiguidade.

§ 1º — As promoções por merecimento serão propostas, pelo procurador geral, ao Governo, mediante lista triplíce, acompanhada de um relatório circunstanciado sôbre cada um dos incluídos.

§ 2º — E' condição preliminar, para ter o nome na lista triplíce, três annos, no mínimo, de efetivo exercicio no Ministério Publico.

§ 3º — O acesso, pelo critério de antiguidade, será feito mediante indicação do procurador geral ao Chefe do Executivo.

## TÍTULO IV

### SEÇÃO UNICA

Do título nomeatório, compromisso, posse e exercício.

Art. 53 — Os membros do Ministério Público, em geral, devem tirar o seu título de nomeação e anotá-lo, na Secretaria da Procuradoria Geral, dentro de trinta dias, do ato que os nomeou, a-fim-de prestar o respectivo compromisso, perante o procurador geral, do Estado.

§ Unico — A posse verificar-se-á pela investidura no cargo.

Art. 54 — O exercício das funções será comprovado pelo atestado dos juizes, junto aos quais servirem ou, na falta do juiz, pelo escrivão da comarca ou termo.

Art. 55 — Os membros do Ministério Público devem, nomeados ou removidos, assumir o exercício de seus cargos, no prazo de sessenta dias, contados do ato nomeatório ou de remoção.

§ 1º — O procurador geral, do Estado, poderá dilatar este prazo por mais trinta dias, atendendo a justos motivos.

§ 2º — Durante os dias da prorrogação, o promotor de justiça ou promotor-adjunto removido perderá um terço de seus vencimentos.

## TÍTULO V

### DAS REMOÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

#### SEÇÃO I

#### DAS REMOÇÕES

Art. 56 — Os promotores de justiça e promotores-adjuntos somente serão removidos, a pedido, ou por meio de permuta, sendo esta para cargo de igual entrância.

§ Unico — O procurador geral, no entanto, poderá propor, ao Chefe do Executivo, a remoção dos membros do Ministério Público, de uma para outra comarca ou de um para outro cargo de igual entrância, por conveniencia do serviço (art. 127, da Const. Fed.).

Art. 57 — A remoção *ex-officio* deverá ter causa justificada em inquérito administrativo presidido pelo Chefe do Ministério Público e cuja comissão se constituirá do

sub-procurador geral do Estado, de um promotor e de um curador, mais antigos, da comarca da capital, e do secretário da Procuradoria Geral, do Estado.

§ 1º — A comissão de inquérito, seja qual fôr a hipótese, tomando conhecimento dos motivos, ouvirá, de início, pessoalmente ou por escrito, o interessado, concedendo-lhe, em seguida, o prazo de dez dias para se defender. Oferecida a defesa, ou não, e, neste caso, designar-se-á um dos promotores ou curadores desimpedidos para o fazer, procederá ás diligências necessárias e que devem ser terminadas, no prazo de trinta dias. Em seguida, o sub-procurador geral do Estado apresentará o relatório.

§ 2º — Relatado o inquérito, a comissão emitirá o seu parecer fundamentado, remetendo os autos, sem demora, ao procurador geral.

Art. 58 — O Chefe do Ministério Público, dentro de cinco dias, manterá o pronunciamento da comissão ou dará o seu parecer contrário, sempre fundamentado.

§ 1º — Não se verificando discordância entre a comissão e o procurador geral, este proporá incontinenti a remoção, ao Govêrno, informando-o das conclusões do inquérito administrativo.

§ 2º — Se houver divergência, o procurador geral, emitido o seu parecer, recorrerá para o Chefe do Executivo, que decidirá em última instancia administrativa.

## SEÇÃO II

### DAS SUBSTITUIÇÕES DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA, CURADORES ESPECIAIS E PROMOTORES-ADJUNTOS

Art. 59 — Os promotores de justiça de terceira entrância e os curadores especiais, durante a licença, ou ausência, por outro motivo, por mais de trinta dias, serão substituídos pelos de segunda, mediante designação ou comissão do Procurador Geral.

Art. 60 — Os cargos de promotor de segunda entrância, no impedimento ou na ausência dos titulares efetivos, desde que não haja promotor substituto, graduado em direito, poderão ser providos em caráter interino, pelo Governo, mediante proposta do procurador geral.

§ Unico — Durante o impedimento do promotor ou enquanto não nomeado o interino, o juiz da comarca

poderá nomear ad-hoc, evitando demora no curso dos processos ou no julgamento dos réus.

Art. 61 — O promotor-adjunto, quando licenciado ou ausente do cargo, por qualquer motivo, terá substituto interino, podendo o juiz, junto ao qual servir, proceder de acordo com o § unico do artigo anterior, em se verificando as hipóteses ventiladas naquele parágrafo.

## TÍTULO VI

### SEÇÃO I

#### DAS FÉRIAS

Art. 62 — As férias anuais do procurador geral; as do sub-procurador geral do Estado, secretário da Procuradoria Geral, promotores de terceira entrância e curadores especiais serão as mesmas concedidas respectivamente aos desembargadores e juizes da entrância da capital. E as dos membros do Ministério Público de segunda e primeira, iguais ás dos juizes, junto aos quais servirem.

§ 1º — O sub-procurador geral do Estado, secretário da Procuradoria, os promotores, curadores especiais e promotores-adjuntos podem gozar as férias individuais de uma vez ou parceladamente.

§ 2º — Devem ser requeridas ao Chefe do Ministério Público que as concederá, atendendo ás conveniências do serviço público.

§ 3º — Os promotores de justiça e os promotores-adjuntos não poderão requerer férias nas proximidades das reuniões do Tribunal do Juri.

### SEÇÃO II

#### DAS LICENÇAS

Art. 63 — As licenças requeridas pelos membros do Ministério Público regulam-se pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, do Estado do Amazonas, ou pelas normas legais que o substituirem.

## TÍTULO VII

Das penalidades disciplinares e da perda do cargo

### SEÇÃO UNICA

Das penalidades disciplinares

Art. 64 — Os membros do Ministério Público, pelas faltas cometidas no exercício de suas funções, estão sujeitos, gradativamente, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) multa;
- d) suspensão até trinta dias;
- e) remoção *ex-officio* por conveniência do serviço (art. 127, da Const. Fed);
- f) demissão.

Art. 65 — As penas serão, assim, aplicadas:

I — advertência — em carater reservado e verbalmente nas seguintes hipóteses:

- a) leves omissões no cumprimento dos deveres funcionais;
- b) atitudes pessoais incompatíveis com a responsabilidade do cargo;
- c) não obediência às instruções recebidas de seus superiores hierárquicos.

II — censura — por escrito, com o registro na folha de seus assentamentos, quando:

- a) houver reincidência de qualquer dos casos previstos na alínea anterior.

III — multa — conforme as prescrições dos códigos processualísticos.

IV — suspensão — se:

- a) ausentar-se da comarca sem prévia autorização do procurador geral;

- b) deixar de remeter, na devida oportunidade, o relatório anual e as fichas e boletins estatísticos;

- c) não diligenciar, no sentido do exato esclarecimento das provas relativas aos processos de seus representados, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em lei;

- d) fôr acusado de ações ou omissões que prejudiquem a marcha normal dos serviços do Ministério Público.

V — remoção, provada em inquérito administrativo, pela forma prevista neste Código, quando:

a) reincidir em qualquer das hipóteses discriminadas na alínea IV;

b) tornar-se, pela irregularidade da conduta, incompatibilizado na comarca em que estiver servindo.

Art. 66 — Será aplicada a pena de demissão:

a) nos casos previstos em leis penais;

b) por faltas que demonstrem vida irregular ou inaptidão para o desempenho do cargo.

Art. 67 — Compete, ao procurador geral, do Estado, aplicar as penas de advertência, censura e suspensão.

## TÍTULO VIII

### DO VENCIMENTO E DA AJUDA DE CUSTO

#### SEÇÃO I

#### DO VENCIMENTO

Art. 68 — Os vencimentos do sub-procurador geral do Estado, do secretário da Procuradoria Geral e do Ministério Público, dos promotores, promotores-adjuntos e curadores especiais serão fixados dentro das proporções estabelecidas no art. 6.º E, se comissionados em cargo de categoria superior, receberão a diferença de vencimentos relativa a este.

Art. 69 — Os promotores substitutos, no exercício das promotorias, perceberão o que, pela ausência ou afastamento do cargo, perderem os promotores de justiça.

§ Único — Quando, no entanto, os promotores não tiverem desconto algum, os substitutos têm direito a vencimentos integrais.

Art. 70 — Os promotores-adjuntos interinos, haja, ou não, perda de vencimentos dos titulares efetivos, não perceberão menos de dois terços ( $2/3$ ) dos atribuídos a estes.

§ Único — Na hipótese de estar vago o cargo, recebem vencimentos completos.

Art. 71 — Os membros do Ministério Público, durante o cumprimento da pena de suspensão, perdem totalmente as vantagens do cargo e o tempo de serviço.

Art. 72 — Durante os sessenta dias de transito de

uma para outra comarca, ou terminada a comissão em que estiverem, recebem vencimentos integrais.

## SEÇÃO II

### DA AJUDA DE CUSTO

Art. 73 — Ao membro do Ministério Público que, em virtude de primeira nomeação ou de promoção, transferência ou remoção não solicitada nem obtida por permuta, ou em virtude de comissionamento em nova sede ou designação para elaborar trabalho técnico ou científico ou, finalmente, para tomar parte em congresso jurídico ou da classe, será concedida ajuda de custo, nunca inferior a um mês de vencimentos, arbitrada pelo Governo, que considerará, em cada hipótese, as condições de vida do meio, onde vai servir, a distancia a ser percorrida e o tempo de viagem.

§ 1º — Além da ajuda de custo, o Governo lhe fornecerá passagens e também ao seu cônjuge, filhos menores, filhas solteiras e a um servçal. que o acompanhe, e arbitrará diárias, tratando-se de comissão.

## TÍTULO IX

### SEÇÃO UNICA

#### DAS VESTES E INSIGNIAS LEGAIS

Art. 74 — O procurador geral do Estado e os demais membros do Ministério Público, nos atos e sessões solenes, ficam obrigados ao uso das vestes e insignias de seu cargo.

Art. 75 — O Chefe do Ministério Público usará beca negra, pregueada na gola, donde pendem dois cordões vermelhos trançados, terminando em borlas da mesma cor, ao meio-corpo, e, daí até os pés, em forma de túnica. A gola e os punhos, debruados também de vermelho, tendo, á cintura, uma faixa branca, passando pela fivela de prata de grau e gorro negro redondo. Da gola da beca, pende uma gravata de renda branca.

§ Unico — Nas sessões de julgamento e nas audiências, poderá usar apenas a beca descrita neste artigo.

Art. 76 — Os promotores de justiça usarão beca igual

á do procurador geral do Estado, mas sem cordões e sem borlas, sendo a gola feita de veludo vermelho e vivos da mesma côr nos punhos. A faixa será também vermelha com a fivela de grau. Nas audiências comuns e nas sessões do Tribunal do Juri, poderão usar somente a beca.

§ 1º — Os curadores especiais usarão vestes e insignias idênticas ás dos promotores de justiça, sendo azul marinho a côr da gola, dos punhos e da faixa.

§ 2º — Os promotores substitutos e promotores-adjuntos usarão beca negra, de gola e punhos debruados de vermelho.

## TÍTULO X

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 77 — O procurador geral, se fôr modificada a lei de organização judiciária, do Estado, quanto ás entrancias, classificará os membros do Ministério Público, de acôrdo com essa alteração.

Art. 78 — A matricula dos membros do Ministério Público far-se-á na Secretaria da Procuradoria Geral do Estado, num livro próprio, em que se registrará toda a sua vida de funcionário.

§ Unico — Quando transferidos de uma para outra promotoria, ficam obrigados a apostilar o título de nomeação.

Art. 79 — A contagem do tempo de serviço será feita dentro da entrancia a que pertencerem, publicada a lista de antiguidade, anualmente, até primeiro de fevereiro.

Art. 80 — Os membros do Ministério Público somente podem ficar á disposição do Chefe do Executivo, do Legislativo e do Judiciário ou do procurador geral, do Estado.

Art. 81 — A aposentadoria e a disponibilidade do sub-procurador geral do Estado, dos promotores, curadores especiais e promotores-adjuntos são reguladas pelas normas applicadas aos funcionários publicos civis, do Estado, se não houver disposições especiais para o Ministério Público Federal ou a magistratura, hipóteses em que terão prevalência sobre aquelas.

Art. 82 — Os membros do Ministério Público, bem as: im o secretário da Procuradoria Geral e os funcionários que lhe são subordinados, dependem de prévia autori-

zação do procurador geral para gozar férias fóra do Estado.

Art. 83 — Os promotores, seus substitutos, quando no exercício do cargo, os curadores especiais e os promotores-a-ljuntos são obrigados a remeter, até o dia trinta e um de janeiro, o relatório de suas atividades no ano anterior, acompanhado de quadros ou mapas elucidativos e estatísticos do movimento de suas promotorias ou curadorias, lista dos processos concluídos, sobreestados e em andamento e sugestões.

Art. 84 — O procurador geral do Estado, como Chefe de Ministério Público, quanto à esfera administrativa, está subordinado diretamente ao Chefe do Executivo, com quem se comunica sobre os serviços e pessoal.

Art. 85 — Este decreto-lei entrará em vigor, logo após a sua publicação.

Art. 86 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 27 de janeiro de 1947.

**SYSENO SARMENTO**  
Interventor Federal

**Lauro Silva de Azevedo**  
Secretário Geral do Estado

---

**REGULAMENTO INTERNO DA SECRETARIA  
DA PROCURADORIA GERAL E DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO, DO ESTADO DO AMAZONAS**

**TÍTULO I**

**Da Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério  
Público — Seus fins e organização**

Art. 1º — A Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público, do Estado do Amazonas, imediatamente subordinada ao Procurador Geral do Estado, terá a seu cargo:

a) o expediente relativo à Procuradoria Geral e ao Ministério Público, a autuação das consultas, bem assim de petições e documentos sobre os quais tenha de emitir parecer, preparo de instruções, matrícula e assentamentos

da vida funcional do procurador geral, sub-procurador geral do Estado, promotores, seus substitutos, promotores-adjuntos, curadores especiais e funcionários de seu quadro;

b) a confecção da lista de antiguidade, separadas as entrâncias, dos agentes ministeriais, publicando-a anualmente até primeiro de fevereiro;

c) coleccionar officios recebidos e cópia dos expedidos, de circulares, pareceres, respostas a consultas por ordem cronológica;

d) escriturar os livros de empenho, fazer as folhas de pagamento do pessoal e o balancete de verbas e organizar a parte orçamentária do Ministério Público;

e) receber, anotar em livros especiais e arquivar as fichas, boletins e quadros das atividades das promotorias e curadorias especiais;

f) elaborar o mapa geral de estatística do ano anterior até o dia primeiro de março;

g) organizar e conservar o arquivo e biblioteca.

Art. 2.<sup>o</sup> — Compõe-se o quadro de seu pessoal dos seguintes funcionarios:

um secretário;

duas escreventes;

dois auxiliares;

um continuo-arquivista;

um continuo-servente.

## TÍTULO II

### Das attribuições dos funcionários

Art. 3.<sup>o</sup> — Incumbe ao secretário:

a) preparar o expediente, redigindo e distribuindo a seus subalternos;

b) dirigir os serviços enumerados nas alíneas b, c e d, do art. 1.<sup>o</sup>;

c) auxiliar o sub-procurador geral do Estado nos trabalhos mencionados nas alíneas e, f e g, do art. 1.<sup>o</sup>;

d) manter a disciplina e fiscalizar o cumprimento dos deveres dos funcionários da Secretaria;

e) zelar pela boa conservação do arquivo e biblioteca;

f) abrir e encerrar o ponto diário;

g) participar, ao procurador geral do Estado, as

faltas ou omissões praticadas pelos seus auxiliares no exercício de seus cargos;

h) substituir o sub-procurador geral do Estado em suas faltas e impedimentos;

Art. 4º — Compete às escreventes:

a) escriturar os livros e fazer os serviços datilográficos que lhes forem distribuídos;

b) cumprir as determinações recebidas do sub-procurador geral do Estado e do secretário da Procuradoria Geral e do Ministério Público.

Art. 5º — Cabe aos auxiliares:

a) escriturar os livros de protocolos;

b) fazer os lançamentos dos dados estatísticos;

c) manter, em dia, o catálogo da biblioteca;

d) coleccionar boletins e mapas remetidos pelas promotorias de justiça, promotorias adjuntas e curadorias especiais;

e) obedecer às instruções recebidas do sub-procurador geral do Estado e do secretário.

Art. 6º — Impende, ao contínuo-arquivista, organizar o arquivo, pela ordem cronológica e natureza da matéria, além de zelar a biblioteca.

§ Único — Afóra essas atribuições, deve ainda executar os serviços que lhe forem entregues pelo sub-procurador geral do Estado e pelo secretário.

Art. 7º — Impende ao contínuo servente:

a) distribuir a correspondência local e expedir a de transito postal e telegráfico;

b) cuidar da limpeza das dependências da Secretaria e do gabinete do procurador geral;

c) conservar os móveis e utensílios da Repartição;

d) abrir e fechar a Secretaria;

e) atender aos funcionários, relativamente às necessidades do serviço publico e cumprir as determinações de seus superiores.

### TÍTULO III

#### Do tempo e normas de serviço

Art. 8º — A Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público funciona em todos os dias uteis, salvo os de ponto facultativo declarados pelo Governo, das oito às onze e das quatorze às dezessete horas. O procurador

geral, entretanto, poderá modificar o tempo, desde que não exceda o máximo de oito horas.

Art. 9º — O expediente poderá ser prorrogado além da hora regulamentar, sempre que o exigirem as necessidades do serviço, a juízo do procurador geral.

§ Unico — Na hipótese deste artigo, os funcionarios têm direito á gratificação paga por hora de trabalho, conforme os preceitos estabelecidos para o funcionalismo do Estado, em geral.

Art. 10º — A assinatura do ponto é obrigatória para todos os funcionários, exceto o sub-procurador geral do Estado e o secretário da Procuradoria, devendo ser encerrado quinze minutos após a hora de cada expediente.

Art. 11º — A Secretaria da Procuradoria Geral, para simples efeito de ordem dos vários encargos, compreenderá duas secções:

de expediente, para atender aos misteres definidos nas alíneas a, b, c e d, do art. 1º;

de fiscalização das promotorias e curadorias e de estatística do Ministério Público, que executará os serviços relacionados nas alíneas e, f e g, do citado art. 1º.

Art. 12º — O sub-procurador geral do Estado chefeará a secção incumbida de fiscalizar as promotorias e curadorias e de fazer o levantamento estatístico; e o secretário da Procuradoria Geral dirigirá a do expediente.

## TÍTULO IV

### Dos direitos e deveres dos funcionarios

Art. 13º — São extensivos aos funcionarios desta Repartição os direitos e deveres consignados no Estatuto dos Funcionarios Civis, do Estado do Amazonas, excluido o secretário, quanto aos dispositivos colidentes com as garantias e vantagens que lhe são asseguradas no Código do Ministério Público.

## TÍTULO V

### Das licenças e férias

Art. 14º — As licenças serão requeridas ao Chefe do Executivo e encaminhadas, depois de convenientemente instruido o processo, pelo procurador geral do Estado.

Art. 15º — Compete, ao procurador geral, conceder férias aos funcionários, seus subalternos, tendo em vista as conveniências do serviço público.

## **TÍTULO VI**

### **Disposições gerais**

Art. 16º — Os funcionários da Secretaria da Procuradoria Geral e do Ministério Público são nomeados e demittidos livremente pelo Governo do Estado, mediante proposta motivada do Procurador Geral, respeitados os direitos adquiridos, na forma da lei.

Art. 17º — Os vencimentos dos funcionários do quadro desta Secretaria são os estabelecidos na tabela anexa de nº 1.

Art. 18º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 27 de janeiro de 1947.

Tenente Coronel SYSENO SARMENTO  
Interventor Federal

Lauro Silva de Azevedo  
Secretário Geral do Estado

### **QUADRO DE VENCIMENTOS DOS FUNCIONARIOS DA SECRETARIA DA PROCURADORIA GERAL E DO MINISTERIO PUBLICO DO AMAZONAS**

MENSAL		
1 — Secretário . . . . .	Cr\$ 2.365,00	Cr\$ 28.380,00
2 — Escreventes . . . . .	960,00	23.040,00
2 — Auxiliares . . . . .	840,00	20.160,00
1 — Continuo-arquivista . .	660,00	7.920,00
1 — Continuo-servente . .	660,00	7.920,00

Cr\$ 87.420,00

Palácio Rio Branco, em Manaus, 27 de janeiro de 1947.

Tenente Coronel SYSENO SARMENTO  
Interventor Federal

Lauro Silva de Azevedo  
Secretário Geral do Estado



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

**Contato**

**E-mail : [acervodigitalsec@gmail.com](mailto:acervodigitalsec@gmail.com)**

